

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FLÁVIA CARLA DE SOUZA

ANÁLISE DA GESTÃO DE CONTRATOS DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE CACOAL NA SECRETARIA DE OBRAS

Trabalho de Conclusão de Curso
ARTIGO

CACOAL - RO
2011

FLÁVIA CARLA DE SOUZA

**ANÁLISE DA GESTÃO DE CONTRATOS DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE CACOAL NA SECRETARIA DE OBRAS**

**Artigo de conclusão de curso apresentado à
Fundação Universidade Federal de
Rondônia – UNIR – *Campus* Cacoal como
requisito parcial para a obtenção de título
de bacharel em Ciências Contábeis.**

**Orientador: Professor Ms. Evimael Alves
Teixeira.**

**ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – 05 DE DEZEMBRO DE 2011.**

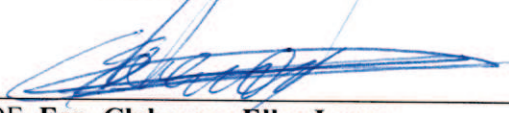
Aos 05 (cinco) dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, reuniu-se na primeira sala do bloco 03 da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, a banca constituída pelos Professores: **Ms Evimael Alves Teixeira** (presidente), **Esp. Cleberson Eller Loose** (membro), e **Ms Rogério Simão** (membro), para examinar o (a) candidato (a) **FLAVIA CARLA DE SOUZA** na apresentação e defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo, intitulado: **ANÁLISE DA GESTÃO DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL NA SECRETARIA DE OBRAS**. A presidente da Comissão iniciou os trabalhos às _____h, solicitando ao candidato que apresentasse resumidamente os principais aspectos de seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores argüíram alternadamente o candidato sobre os diversos aspectos do Trabalho. Após a argüição, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do (a) candidato (a), obtendo a nota final 87 (Oitenta e Sete). A ata segue assinada pelo presidente e demais membros da banca.

Cacoal / RO, 05 de Dezembro de 2011.

Banca Examinadora:



PROF. Ms Evimael Alves Teixeira
Presidente



PROF. Esp. Cleberson Eller Loose
Membro



PROF. Ms Rogério Simão
Membro



Dedico aos meus pais que com muito amor, carinho e compreensão confiaram e me deram todo apoio para minha vitória e a meus irmãos por estarem ao meu lado em todos os momentos.

Agradeço primeiramente a Deus por me proporcionar esta conquista. Ao meu Prof. Ms. Evimael Alves Teixeira por sua disposição em orientar-me. À Professora Maria Bernadete Junkes, que muito colaborou no decorrer da pesquisa. À minha amiga Adriana Carla Féba por seu companheirismo e apoio, e finalmente à minha família que esteve sempre ao meu lado em toda esta trajetória.

Quem nos separará do amor de Cristo?
A tribulação, ou a angústia, ou a perseguição,
ou a fome, ou a nudez, ou o perigo, ou a
espada?

Como está escrito: Por amor de Ti
somos entregues a morte todo dia; fomos
reputados como ovelhas para o matadouro.

Mas em todas estas coisas somos mais
que vencedores por aquele que nos amou.

Romanos 8:35-38

ANÁLISE DA GESTÃO DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL NA SECRETARIA DE OBRAS

Flávia Carla de Souza¹

RESUMO: Este estudo verificou o nível de eficiência da Gestão dos Contratos firmados pela Secretaria de Obras da Prefeitura do município de Cacoal – RO, no período entre os anos de 2007 a 2009 na aquisição de serviços. Aborda inicialmente conceitos de licitação, princípios, modalidades, contratos administrativos e despesas públicas. Utilizou-se na metodologia a pesquisa documental e bibliográfica. Os dados foram obtidos por meio de análise documental, para coleta dos dados foi utilizado um *check list*, junto a Prefeitura Municipal de Cacoal. O estudo mostrou que o nível de eficiência da gestão dos contratos firmados pela Secretaria de Obras é de 88%, de acordo com as cláusulas estabelecidas pela Lei 8.666/93, verificou-se assim sua conformidade parcial com a mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Licitação. Contratos Administrativos. Eficiência. Gestão Eficiente.

INTRODUÇÃO

A Lei 8.666/93 tem a finalidade de reger o sistema de compras públicas, para dar maior eficiência em seus resultados, não devendo somente observar as vantagens mas também aos princípios da Administração Pública: igualdade, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, como aos da lei de licitações: legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (RONDÔNIA, 2011).

De acordo com o Princípio da Legalidade: conforme o art. 5º, II, da Constituição Federal, a criação dos direitos e deveres do cidadão são feitos mediante lei. De acordo com Rosa (2007) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. O princípio da legalidade, no âmbito exclusivo da Administração Pública, significa que esta, ao contrário do particular, que pode fazer tudo que não seja proibido em lei - só poderá agir segundo as determinações legais (VARASSIN, 2001). Na licitação esse princípio vincula os licitantes e a administração pública as regras estabelecidas, nas normas e princípios em vigor.

Para Chiavenato (2000) a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (método) a fim de que os recursos (pessoas, máquinas e

¹ Graduanda do 8º Período do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Cacoal – e-mail: fal-carla@hotmail.com. Orientador Prof. Ms. Evimael Alves Teixeira.

matérias primas) sejam aplicados da forma mais racional possível. A eficiência preocupa-se com os meios, com métodos e procedimentos mais indicados, que precisam devidamente serem planejados e organizados, a fim de assegurar a otimização da utilização dos recursos disponíveis.

Conforme a Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal, que pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem os desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas com pessoal, da seguridade social e outras (BRASIL, 2011).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tornou-se código de conduta para os administradores públicos de todo o país. Com estas novas regras, os governantes, sejam eles da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios terão que obedecer, sob pena de severas sanções, aos princípios do equilíbrio das contas públicas, de gestão orçamentária e financeira responsável, eficiente e eficaz, sobretudo, transparente (ZIVIANI, 2004).

Diante do exposto este estudo se propõe a responder a seguinte questão: Qual o nível de eficiência da Gestão dos Contratos firmados pela Secretaria de Obras da Prefeitura do município de Cacoal - RO?

Portanto, o objetivo geral visa verificar o nível de eficiência da Gestão dos Contratos firmados pela Secretaria de Obras da Prefeitura do município de Cacoal – RO.

A finalidade da gestão de qualquer contrato é reverter à sociedade o benefício da prestação de serviços, mais eficiente, de melhor qualidade, com responsabilidade no uso dos recursos público e em obediência aos princípios da contratação pública (RONDÔNIA, 2011).

Verifica-se então que a presente pesquisa pode contribuir com a sociedade prestando informações a respeito dos contratos administrativos da Prefeitura Municipal de Cacoal, com relação a sua estrutura, esclarecendo se a contratação dos serviços por parte da Secretaria Municipal de Obras de Cacoal atende todas as cláusulas exigidas de acordo com a Lei de Licitações 8.666/93 comprovando se a gestão dos contratos é eficiente em sua aplicação.

Foi adotada a pesquisa bibliográfica e documental realizada junto a Prefeitura do Município de Cacoal, elas são parecidas, a diferença entre elas é a natureza das fontes, enquanto a primeira se utiliza da contribuição de diversos autores, a segunda usa de materiais que ainda não recebeu um tratamento analítico, tem fontes mais diversificadas e dispersas, um exemplo são documentos em arquivos de órgãos públicos (GIL, 2006).

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 HISTÓRIA DAS LICITAÇÕES

Há cento e quarenta e nove anos a Licitação foi adicionada no direito público brasileiro, pelo Decreto nº 2.926 em 14.05.1862, onde regulamenta arrematações e serviços a cargo do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Conforme o decreto acima citado o processo licitatório era feito de forma simplificada em que os concorrentes tinham um prazo de quinze dias a seis meses para apresentarem as propostas (MAURANO, 2011).

Quando se tinha arrematações era colocado em lugares visíveis a relação dos objetos, em se tratando de obras e concertos de obras os concorrentes podiam analisar as plantas e detalhes respectivos, deveriam ter um fiador que se responsabilizasse pelas multas ou prestar caução em dinheiro, o valor da fiança em fundos públicos.

A proposta deveria ser apresentada oito dias antes do marcado, no dia da arrematação o nomes dos concorrentes serão colocados no livro, é feito um sorteio dos lugares onde ficará cada um, o presidente da Junta, que no ato servirá como secretário, convidará pela ordem do sorteio para apresentar a sua proposta. É anotada essas propostas em ata pelo Secretário, onde a mais vantajosa será remetida ao Ministro Agricultura, Comercio e Obras Públicas.

Conforme Maurano (2011) várias outras leis que trataram de forma singela o procedimento licitatório, que veio a ser finalmente consolidado no âmbito federal pelo decreto nº 4.536 de 28.01.22, que organizou o Código de Contabilidade da União (arts. 49-43). Desde 1922 o procedimento licitatório veio evoluindo para tornar mais eficiente as contratações públicas, sistematizado através do Decreto-Lei nº 200, de 25.02.67 (arts. 125 a 144), que estabeleceu a reforma administrativa federal, e estendido, com a edição da Lei nº 5.456, de 20.06.68, às Administrações dos Estados e Municípios, traz em seu art. 1º:

Art. 1º Aplicam-se aos Estados e Municípios as normas relativas às licitações para as compras, obras, serviços e alienações previstas nos arts. 125 a 144 do Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências, atendidas as modalidades contidas nesta Lei.

Em 21.11.86 foi criado o Decreto-lei 2.300 atualizado em 1987, pelos Decretos-lei 2.348 e 2.360, instituiu, pela primeira vez, o Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Administrativos, reunindo normas gerais e especiais relacionadas à matéria, aperfeiçoando para maior eficiência.

Na Constituição de 5 de outubro de 1988 trata a licitação como um princípio da Administração Pública, podemos observar no art. 37, XXI da Constituição Federal, a obrigatoriedade de licitar é princípio constitucional, e esta ligado a indisponibilidade e supremacia do interesse público, depois regulamentado pela Lei 8.666 de 21.06.93, alterada pelas Leis 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99, em vigor atualmente. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

1.2 LICITAÇÃO PÚBLICA

Segundo Piscitelli *et al* (2006, p.214) a licitação é definida:

Licitação é o conjunto de procedimentos administrativos, legalmente estabelecidos, através do qual a Administração Pública cria meios de verificar, entre os interessados habilitados, quem oferece melhores condições para a realização de obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações.

A licitação visa selecionar a proposta mais vantajosa, observando o princípio constitucional da isonomia. Constituindo também princípios básicos: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a igualdade, a publicidade, a probidade administrativa, a vinculação ao procedimento licitatório, o julgamento objetivo e os que lhes são correlatos (PISCITELLI *et al*, 2006).

Conforme Andrade (2007), a licitação pode ser dispensável ou inexigível somente em casos expressamente previstos em lei, tem que se enquadrar no que determinam os arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, Lei das Licitações. São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, a carta convite, o pregão, o concurso e o leilão.

Verifica-se então a necessidade de licitações para executar as atividades da Secretaria de obras do Município de Cacoal, e também de fazer a fiscalização para verificar se estão sendo cumpridas as disposições dos contratos administrativos e a Superintendência de Licitações e Leilões tem esse objetivo (CACOAL, 2011-a).

1.3 PRINCÍPIOS DE LICITAÇÃO PÚBLICA

Conforme o art. 3º da Lei 8.666/93, na licitação devem ser observados o princípio da isonomia os seguintes princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da

igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (RONDONIA, 2011-a).

Em junho de 1998 a Emenda Constitucional nº 19 acrescentou, aos princípios elencados no caput do art. 37 da Constituição, o princípio da eficiência. A partir daí, a Administração pública passou, a ter o dever de ser eficiente (RONDONIA, 2011-a).

Princípios são regras ou diretrizes que devem ser observadas, FRANÇA (2011) descreve as seguintes definições sobre os princípios da licitação:

- a) Princípio da Legalidade: conforme o art. 5º, II, da Constituição Federal, a criação dos direitos e deveres do cidadão são feitos mediante lei. A legalidade impõe a administração pública o respeito aos atos normativos que ela expede. Conforme Rosa (2007) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, o constituinte não deixou margens para exceções, só se pode fazer o que está escrito na lei.
- b) Princípio da Impessoalidade: a administração deve realizar o ato afim de atingir o interesse público, a licitação não será validar se visar somente o interesse de um ou mais licitantes, deve haver uma combinação entre o interesse coletivo e o privado para que o procedimento licitatório seja justo é indispensável. Não é admitido nenhum tipo de discriminação, favorecimentos nem perseguições, devendo agir conforme esta na lei.
- c) Princípio da Moralidade: impõe para a administração pública o dever do licitante de agir com lealdade, probidade, boa-fé, de acordo com a moral, com ética e bons costumes. A licitação também funciona como um instrumento para evitar que o gestor se aproprie dos recursos e bens da coletividade em favor si mesmo.
- d) Princípio da Igualdade: deve ser dispensável aos licitantes tratamento igualitário, na preparação e realização dos processos administrativos, é proibido admissão, previsão, inclusão ou tolerância, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências.
- e) Princípio da Publicidade: os atos administrativos devem ter divulgação oficial, para o conhecimento do público, ressalvadas as matérias que envolvam a privacidade e a segurança da sociedade e do Estado. Temos como exemplo a preocupação da administração divulgar o ato convocatório e suas eventuais alterações.

- f) Probidade Administrativa: é um dever jurídico decorrente do princípio da moralidade. Que segundo esse preceito, o gestor público tem a obrigação de zelar pela integridade moral e material dos bens e serviços postos sob sua responsabilidade. Violando esse dever, surge o ilícito da improbidade administrativa.
- g) Princípio da Vinculação do Instrumento Convocatório: é um princípio específico de processos de natureza concorrencial. No art. 41 da Lei 8.666/93, a administração pública deve cumprir as normas e condições constantes do edital da licitação, ao qual é vinculada. Subordinando o gestor público e os licitantes aos seus comandos. Mediante instrumento convocatório, leva-se ao conhecimento do público a abertura de licitação, porém ele não impede a administração de negociar com o vencedor condições mais vantajosas.
- h) Princípio do Julgamento Objetivo: os participantes devem ter sua idoneidade avaliada com objetividade segundo os elementos de qualificação técnica e econômica previamente determinados no instrumento convocatório. Optou-se por restringir o espaço para a discricionariedade administrativa na apreciação e no julgamento dos proponentes e propostas integrantes da licitação.

O Princípio da Eficiência no qual é o objeto da pesquisa é definido por Rosa (2007) como tendo dois entendimentos possíveis: o agente público não deve atuar de forma amadora, devendo buscar o melhor resultado possível, como também a forma de organização da Administração Pública, que deve atentar para os padrões modernos de gestão e administração, vencendo o peso burocrático, atualizando-se e modernizando-se.

Rosa (2007) ainda continua dizendo que há duas normas expressas que consagram a eficiência no próprio texto constitucional: a avaliação periódica de desempenho dos servidores; a possibilidade de formalização de contratos de gestão, as organizações sociais e as agências executivas e outras formas de modernização instituída a partir da Emenda Constitucional nº 19/98.

1.4 PRINCIPIO DA EFICIÊNCIA

Eficiência é uma medida normativa da utilização dos recursos nesse processo, enquanto eficácia é uma medida normativa de alcance de resultados. Em termos econômicos, a eficácia de uma empresa se refere a sua capacidade de satisfazer uma necessidade da

sociedade por meio do suprimento de seus produtos (bens ou serviços), enquanto a eficiência é uma relação técnica entre as entradas e saídas nestes termos, a eficiência é uma relação entre os custos e benefícios (CHIAVENATO, 2000).

Para Chiavenato (2000) a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (método) a fim de que os recursos (pessoas, máquinas e matérias primas) sejam aplicados da forma mais racional possível. A eficiência preocupa-se com os meios, com métodos e procedimentos mais indicados, que precisam devidamente serem planejados e organizados, a fim de assegurar a otimização da utilização dos recursos disponíveis. O alcance dos objetivos visados não entra na esfera de competência da eficiência é um assunto ligado à eficácia.

Quadro 1 - Diferenças entre eficiência e eficácia.

EFICIÊNCIA	EFICÁCIA
Ênfase nos meios	Ênfase nos resultados
Fazer corretamente as coisas	Fazer as coisas corretas
Resolver problemas	Atingir objetivos
Salvaguardar os recursos	Otimizar a utilização de recursos
Cumprir tarefas e obrigações	Obter resultados
Treinar os subordinados	Proporcionar eficácia aos subordinados
Manter as máquinas	Máquinas disponíveis
Presença dos templos	Prática dos valores religiosos

Fonte: (CHIAVENATO, 2000)

Para Maximiano (2007) a eficiência de uma organização ou sistema depende de como seus recursos são utilizados. Para ele eficiência significa:

- a) Realizar atividades ou tarefas da maneira certa;
- b) Realizar tarefas de maneira inteligente, com o mínimo de esforço e com o melhor aproveitamento possível de recursos;
- c) Realizar tarefas de maneira econômica, empregando a menor quantidade possível de recursos.

A eficiência é um princípio da administração de recursos, mais que uma simples medida numérica de desempenho. Este princípio é o da relação entre o esforço e resultado. Quanto o menor esforço necessário para produzir um resultado, mais eficiente é o processo (MAXIMIANO, 2007).

1.5 MODALIDADES DE LICITAÇÃO

A Lei n.º 8.666/93 expõe em seu art. 22, cinco modalidades de licitação, que são a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão, e mais tarde através da Medida Provisória n.º 2.026, de 04 de maio de 2000, transformada na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, foi criada uma nova modalidade de licitação, denominada "pregão".

Concorrência é a modalidade da qual podem participar qualquer concorrente interessado, que comprovem requisitos mínimos para habilitação exigido no edital, conforme Rosa (2007, p.116) é obrigatória para obra, serviço e compra de maior valor, para obra e serviço de engenharia de maior valor segundo limites da lei federal, compra e alienação de bens e imóveis, concessão do direito real de uso, licitações internacionais admitindo também a tomada de preço e o convite, alienação de bens de maior valor e para o registro de preço.

Na tomada de preço segundo Piscitelli *et al* (2006, p.216) é a modalidade entre interessados devidamente cadastrados, para fins de registro cadastral o interessado deve apresentar documentação relativa a habilitação jurídica, qualificação técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal. Poderão participar também interessados que atendam a condições exigidas para cadastramento três dias antes do recebimento das propostas.

Continuando Piscitelli, que na modalidade Convite entre os interessados cadastrados ou não no SICAF – Sistema de Cadastro Único de Fornecedores, escolhidos e convidados no mínimo três, pela administração, fixando cópia do convite em locais de acesso e ampla divulgação, estendendo aos interessados se manifestarem interesse com antecedência de vinte e quatro horas apresentarem suas propostas.

O concurso na concepção do referido autor é a modalidade em que é feita a escolha de qualquer dos interessados, de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmio ou remuneração aos vencedores, conforme os critérios do edital, publicado na Imprensa Oficial.

O leilão conforme Peixoto (2011):

É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou ainda para a alienação de bens imóveis cuja aquisição haja derivado de procedimento judicial ou de dação em pagamento.

Existem dois tipos de ocorrência de leilão, que são o comum e o administrativo. O leilão comum, que é privativo do leiloeiro oficial, é regido pela legislação federal pertinente, podendo a Administração estabelecer as condições específicas. Já o leilão administrativo é feito por servidor público (PEIXOTO, 2011).

O referido autor afirma que os bens devem ser previamente avaliados antes do leilão, constando no edital o preço mínimo a ser ofertado. Indispensável se faz ainda que o edital descreva os bens, possibilitando sua perfeita identificação. Deve, além disso, indicar o local onde se encontram, possibilitando o exame por parte dos interessados. O dia, horário e local do pregão são especificados também pelo instrumento convocatório.

Para o leilão, não se exige qualquer tipo de habilitação prévia dos licitantes, tendo em vista que a venda é feita à vista ou em curto prazo. Admite-se, entretanto, a exigência, quando o pagamento não for todo à vista, de um depósito percentual do preço, servindo como garantia. Os lances no leilão deverão ser verbais, configurando uma disputa pública entre os ofertantes, enquanto durar o pregão. Aquele que, ao final, oferecer maior lance, de valor igual ou superior ao avaliado previamente, arremata o objeto da licitação (PEIXOTO, 2011).

Conforme Dantas (2011) o pregão é a modalidade realizada entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública.

Também descreve que pode ser presencial ou eletrônico e é destinado exclusivamente a contratação de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação. Nessa modalidade, os licitantes apresentam propostas de preço por escrito e por lances, que podem ser verbais ou na forma eletrônica que dinamiza o procedimento licitatório.

Conforme o art. 23 da Lei 8.666/93 as modalidades de licitação são determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação (RONDÔNIA, 2011-a):

I – para obras e serviços de engenharia:

- a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- b) tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
- c) concorrência - acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

- a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- b) tomada de preços - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

c) concorrência - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)

1.6 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

O contrato administrativo conforme a Lei nº 8.666/93 com suas alterações, instituiu o estatuto jurídico dos contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Segundo Piscitelli *et. al.* (2006, p. 248):

Para fins da lei, contrato é todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

Os contratos são compostos por mais de uma parte, formais, consensuais pois refletem um acordo de vontades, onerosos, comutativos (compensação recíproca) e celebrados, em regra, *intuito personae*, que consiste na exigência para a execução do objeto pelo próprio contratado. Sem prejuízo, podem ser ainda personalíssimos, cujo objeto somente possa ser executado por pessoa determinada (ROSA, 2007)

Piscitelli *et al.* (2006, p. 349) na previsão de recursos, afirma que qualquer obra ou serviço somente pode ser contratado após a realização de licitação, havendo previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações, de acordo com o respectivo cronograma, aplicando-se, também, no que couber, nos casos de dispensa ou inexigibilidade, sob pena de nulidade do contrato e, ainda, de responsabilização do agente.

Na programação Piscitelli *et al.* (2006) afirma ainda que a execução das obras e serviços deve ser programada em sua totalidade, com previsão de custos atual e final, considerados os prazos de sua execução total da obra ou serviço, é vedado o retardamento imotivado de sua execução, mas, ocorrendo insuficiência de recursos ou comprovado motivo de ordem técnica, é possível esse retardamento, necessariamente justificado em despacho circunstanciado, ratificado pela autoridade superior e publicado na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos.

Conforme o art. 55 da Lei 8.666/93 são cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

No art. 57 da Lei 8.666/93, onde dispõe sobre a duração dos contratos, § 3º é vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado e no art. 61 a lei estabelece que, todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

1.7 DESPESAS PÚBLICAS

Despesa é toda saída de recurso ou pagamento efetuado, a qualquer título, para saldar gastos fixados na Lei Orçamentária ou em lei especial e destinados a execução dos serviços públicos, entre eles custeios e investimentos, além dos aumentos patrimoniais, pagamento de dívidas, devolução de importâncias recebidas de caução, depósitos e consignações (ANDRADE, 2008).

Conforme Andrade (2008) as despesas públicas são registradas pelo princípio da competência, já as receitas públicas pelo regime de caixa, e também são divididas em despesas orçamentárias e extra-orçamentárias.

As despesas orçamentárias são as descritas e fixadas no orçamento, previamente autorizadas pelo Legislativo, as extra-orçamentárias não dependem de autorização do legislativo, como restituição de valores recebidos em cauções, depósitos, consignações, e outros, criando uma obrigação da entrada da receita (ANDRADE, 2008, p.68).

1.7.1 Estágios da Despesa

Existem as fases de execução ou estágios da despesa pública que devem ser seguidos, conforme Andrade (2008) são:

- a) Fixação: sendo o primeiro estágio da despesa, que por meio de estudos e cálculos fundamentados, é feita uma estimativa do valor total do montante a ser registrado como valor máximo orçamentário a ser consumido pela Administração Pública na execução do orçamento.
- b) Programação: é a elaboração de um cronograma de desembolso feito por decreto do Poder Executivo, para disciplinar os gastos da mesma forma que a previsão de realização das receitas. O objetivo da programação da despesa é assegurar recursos necessários e suficientes á melhor execução dos programas de trabalho do governo, para manter o equilíbrio entre receita arrecadada e despesa realizada, de modo que não falte recurso para as despesas.
- c) Licitação: é um instrumento legal que as entidades governamentais devem promover a fim de proporcionar uma disputa entre os interessados em fazer negócio com a Administração. Com o objetivo de escolher a proposta mais vantajosa, para adquirir bens e ou serviços para sua manutenção e expansão.
- d) Empenho: ato prévio da autoridade competente reconhecendo e criando para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não, de implemento de condição. Materializa-se por meio de documento chamado “nota de empenho” e oficializa-se com a baixa da despesa na dotação orçamentária. É a garantia que existe o crédito necessário para a liquidação de um compromisso assumido sendo proibida a realização de qualquer despesa sem empenho prévio. São modalidades de empenho: ordinário, global e por estimativa.
- e) Liquidação: fase onde é feita a verificação do direito adquirido pelo fornecedor, com base nos títulos ou na documentação hábil e importância exata a pagar do respectivo crédito. Conforme o art. 63 da Lei 4.320/64, não basta simplesmente dar direito ao credor, é preciso confirmar toda a documentação que deu origem ao processo, tais como requisição, autorização, licitação, contrato ou acordo respectivo, nota de empenho contendo o histórico da despesa, dotação orçamentária, autorização, medição dos serviços ou materiais, comprovantes da entrega do material ou da prestação de serviços etc.

- f) Suprimento: é a simples entrega ou transferência às instituições financeiras ou ao próprio caixa dos recursos financeiros para pagamento dos débitos a serem quitados, ou seja, é depositado o dinheiro na conta que vai realizar a transação.
- g) Pagamento: o último estágio da despesa pública, é o momento em que é realizado o desembolso propriamente dito, salda a dívida do poder público para com seus credores, com despacho do Secretário Municipal da Fazenda, mediante crédito em conta corrente ou em espécie, quando autorizado. A programação da despesa empenhada será processada pela Secretaria Municipal da Fazenda, após sua regular liquidação.

1.8 CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS AUTORES SOBRE O TEMA

França (2006) escreveu sobre A Licitação e seus Princípios, com o objetivo de desenvolver algumas reflexões em torno da Lei Maior a *licitação*, com foco especial nos princípios que devem regê-la. A pesquisa realizada concluiu que, nas licitações os princípios jurídicos é que direcionam as regras jurídicas que disciplinam a matéria constitucional e infraconstitucional. Cabe ao gestor empregar esses preceitos para otimizar a seleção da melhor proposta e a preservação da garantia da isonomia.

Em uma pesquisa realizada no município de Capitão Leônidas Marques no Paraná por Tormem, Metzner e Braum (2011), foi verificada qual modalidade licitatória trouxe maiores vantagens e maior transparência, no período de janeiro a agosto de 2006, nas aquisições de bens e serviços. Os resultados obtidos por meio de um estudo de caso, demonstrou que as modalidades tomadas de preço e pregão eletrônico trazem as melhores vantagens financeiras e proporcionam uma maior transparência ao processo.

Maurano (2011) pesquisou sobre a instituição do pregão para aquisição de bens e contratação de serviços comuns. O presente trabalho teve como objetivo abordar a criação da nova modalidade de licitação denominada pregão, instituído no contexto de um processo de mudança pelo qual passa o Estado. Pode-se concluir, a final, que a instituição do pregão como nova modalidade de licitação aponta para uma modernização do sistema de licitação, objetivando conferir à Administração um meio mais eficiente para as contratações e, conseqüentemente, para atingir a finalidade precípua do Estado, que é o atendimento ao interesse público.

Um estudo de caso aplicado no Superior Tribunal de Justiça por Dantas (2011), teve como objetivo analisar o instituto do Sistema de Registro de Preços e seus aspectos legais e administrativos que remetem a uma ferramenta eficiente para aquisição de bens e serviços, bem como a abordagem crítica dada à matéria segundo aspectos doutrinários e jurisprudenciais em vigor. Seus resultados indicam que o administrador público tem que ter atenção quanto às orientações legais e uma visão integrada da legislação e jurisprudência, a pesquisa evidenciou que 55,56% das cotações junto às empresas fornecedoras de papéis, toner e copos descartáveis foram inferiores para compras com entregas únicas se comparado às compras com entregas parceladas por meio do Sistema de Registro de Preços, tornando-se oneroso para a administração.

Bezerra (2011) abordou sobre a licitação com enfoque em sua modalidade de pregão (presencial e eletrônico) e sua contribuição para a contabilidade pública. Para se alcançar os objetivos foi realizada pesquisa bibliográfica, os resultados obtidos concluíram que o pregão é a modalidade mais conveniente a ser adotada pela gestão pública em suas aquisições, uma vez que no pregão os lances são pelo menor preço aliado a excelente qualidade. Assim a licitação no que tange a aquisição de bens e serviços comuns, é a opção adotada pela gestão pública para se adquirir de maneira clara, prática e rápida o que o governo necessita.

Ponte (2010) em sua pesquisa abordou sobre desenhos de processos em licitações públicas (pregão) centros automotivos, buscando responder a seguinte questão: Como se dão os processos necessários para participação em licitações públicas para centros automotivos? Foi respondida a questão por meio de argumentos baseados em pesquisas bibliográficas e através de um estudo de caso onde foi realizado o desenho do processo em concorrência pública para centros automotivos. O resultado da pesquisa mostrou que a empresa trabalha voltada ao mercado das licitações públicas, cumpre com todas as fases atuais e procedimentos de um processo de licitação, e que ela passou a realizar uma análise mais adequada desses processos, através de um desenho detalhado, para não ter problemas para participar das licitações, estando apta para assinatura dos contratos.

Um estudo elaborado por Ferraz (2007) sobre parceria público-público: contrato de programa e execução de serviços públicos municipais por entidades da administração indireta estadual que visa verificar o engajamento constitucional e legal do contrato de programa. Os resultados do ensaio concluíram que é dispensável a licitação na celebração de contrato de programa com entes da federação ou com entidade de sua administração indireta, para prestação de serviço público de forma associada nos termos do autorizado em consórcio público ou em convênio de cooperação.

3 METODOLOGIA

O objetivo da presente pesquisa visa verificar qual o nível de eficiência da Gestão dos Contratos firmados pela Secretaria de Obras da Prefeitura do município de Cacoal – RO.

A pesquisa foi realizada na Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Cacoal, devido à sua abrangência e diversidade de suas atribuições, tem a missão prioritária de atender toda a parte de infra-estrutura urbana e rural do município, bem como o que se refere à execução e manutenção das obras públicas.

A presente pesquisa é documental, pois utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, as fontes são muito diversificadas e dispersas. Também bibliográfica, pois é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2006).

Para verificar o nível de eficiência da gestão dos contratos foi elaborado um *check list* conforme a Lei 8.666/93 e adaptado para esta pesquisa, composto por 16 (dezesesseis) questões que abordam quais itens devem constar nos contratos firmados pela administração pública. Para realização dessa pesquisa foi escolhido entre produtos ou serviços como o objeto das licitações da Secretaria de Obras do município, para a pesquisa foi utilizado contratos de serviços.

Os dados foram coletados na Controladoria Geral do Município da Secretaria Municipal de Administração onde ficam arquivados os processos já encerrados de todas as secretarias. A amostragem foi no período de 2007 a 2009 para pesquisa, foram utilizados os contratos firmados pela Secretaria de Obras da Prefeitura de Cacoal, a partir da verificação dos contratos, a fim de confirmar se está de acordo com a Lei 8666.

Para a análise dos dados foi feito levantamento sobre os contratos firmados pela Secretaria de Obras do município de Cacoal, foram analisados contratos de serviços, observando se as cláusulas contratuais estão de acordo com a lei, se obedece ao que a lei exige. Foram encontradas dificuldades para o levantamento das informações pelo mau estado dos processos por causa da idade e pelo trânsito, com as capas quase ilegíveis e rasgadas, páginas se soltando, não estarem arquivados adequadamente e pelos processos de todas as secretarias estarem misturados.

Foi realizada a pesquisa junto a Controladoria Geral do Município na Secretaria Municipal de Administração; foi utilizada uma amostra de 20 (23%) dos 82 contratos de

serviços encontrados no sistema da secretaria do ano de 2007 a 2009, selecionados de forma aleatória, para se fazer esta seleção deve ser feito um sorteio onde se coloca a lista de todos os contratos numa planilha do Excel, pois nele tem a função aleatória, onde ele vai selecionar os contratos.

Esse período foi selecionado porque o sistema de arquivamento de processos passou a ser informatizado no ano inicial, sendo possível elencar os contratos, foram analisados somente os encerrados.

Como forma de avaliação foi adotado o seguinte critério: opção SIM para as cláusulas atendidas pelos contratos, NÃO para as cláusulas não atendidas, e ATENDE EM PARTE para as cláusulas que atendem parcialmente. Foram calculadas as notas dos SIM, NÃO e ATENDE EM PARTE, atribuindo suas respectivas porcentagens.

O *check list* elaborado, conforme Quadro 2, para realização da coleta dos dados, foi preenchido um para cada contrato analisado, posteriormente feita a tabulação dos resultados, para sua análise.

Quadro - 2 *Check list* para contratos

CHECK-LIST PARA CONTRATOS				
Legenda: S – SIM N – NÃO AP – ATENDE EM PARTE				
Resposta desejável: sim em todos os quesitos				
QUESISTOS	S	N	AP	OBS
1- O objeto e seus elementos característicos.				
2- O regime de execução ou a forma de fornecimento.				
3- O preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços.				
4- Os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.				
5- Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso .				
6- O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.				
7- As garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas.				
8- Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.				
9- Os casos de rescisão .				
10- O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei.				
11- As condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso.				
12- A vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.				
13- A legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos.				
14- A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.				
15- O prazo de vigência.				
16- Os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.				
17- Conformidade do valor contratado com o liquidado.				

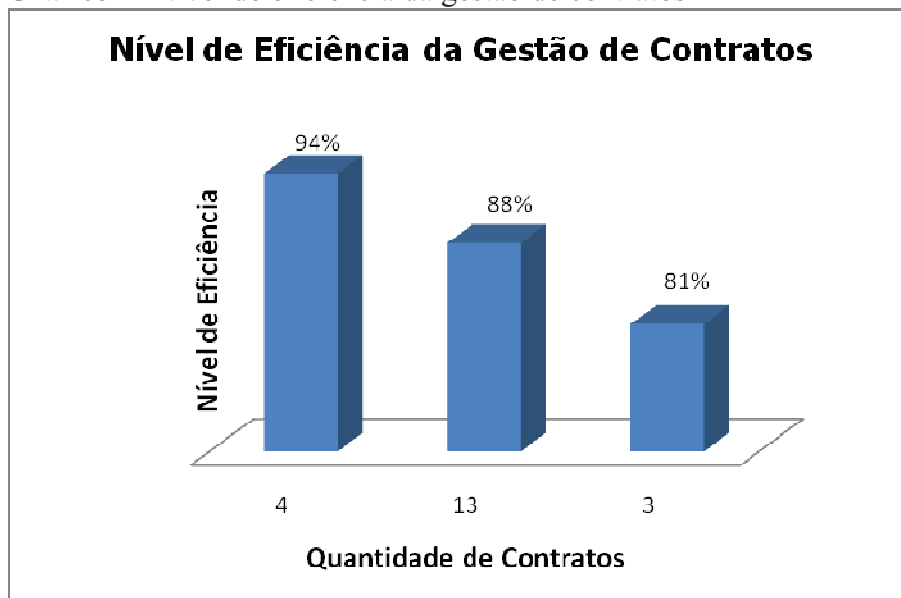
Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nota: Adaptado da Lei 8.666/93

4 RESULTADO E ANÁLISE DE DADOS

Conforme o Gráfico 1, foram analisados 20 contratos de serviços escolhidos aleatoriamente para se verificar o nível de eficiência de acordo com os dados coletados.

Gráfico 1- Nível de eficiência da gestão de contratos



Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Conforme os art. 55 e 61 da Lei 8.666/93 os contratos administrativos da administração pública devem conter as seguintes cláusulas que foram analisadas utilizando o *check list* adaptado, para uma melhor visualização dos resultados foi utilizado o Gráfico 1, ilustrado acima.

De acordo com a pesquisa realizada observou-se que todos os contratos analisados possuem o objeto e seus elementos característicos, bem como o regime de execução ou a sua forma de fornecimento, sendo estes itens indispensáveis na realização dos contratos.

Verifica-se que todos os contratos analisados possuem o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, em seguida foi verificado os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo.

Quando verificado nos contratos o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica todos estão de acordo com o estabelecido.

Também foi analisado se nos contratos possuem as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, apenas 35% atendeu e 65% não, por se tratar de um item opcional, pois a administração pública pode pedir ou não garantia da empresa contratada, conforme a sua necessidade.

Foi verificado que todos os contratos atende em parte ao item que trata dos direitos e das responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas, pois contém apenas as responsabilidades do contratado e não tem as do contratante, porque todos os contratos firmados na prefeitura de Cacoal seguem um mesmo modelo.

Todos os contratos verificados possuem os casos de rescisão, assim como o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

Nenhum contrato atende as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso, pois não houve nenhum caso de contratação de empresa estrangeira. A vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor, esta presente em todos os contratos. Assim como, possui a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos.

Todos os contratos possuem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Bem como, todos os contratos possuem prazo para início e entrega dos serviços.

Todos os contratos mencionam os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais, sendo uma das cláusulas mais importantes, a identificação das partes.

Com relação a conformidade do valor contratado com o liquidado, 40% atende e 60% não atende, devido ao fato desses contratos sofrerem aditivos ou rescisão de parte dele.

Observou-se que no quesito de nº 7 onde descreve sobre as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, dos contratos verificados 65% apresentou conformidade, esta cláusula é opcional, mas deveria ter em todos os contratos para assegurar a sua plena execução, promovendo uma segurança para a administração do comprimento do mesmo.

Diante das análises realizadas constatou-se que no quesito nº 8 onde trata dos direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas, em todos os contratos analisados atendeu em parte, pois apresenta apenas as responsabilidades da contratada e não descreve as do contratante.

No quesito de nº 16 onde avalia a conformidade do valor contratado com o liquidado e pago observamos que 60% dos contratos não atende, pois foram feitos aditivos e outros rescindidos pelo não cumprimento as cláusulas contratuais.

Verificou-se que de acordo com a Lei 8.666/93, o nível de eficiência dos contratos administrativos, conforme resultado obtido através da análise dos resultados constatou-se que dos 20 contratos analisados 4 atende em 94%, desses 13 atende em 88% e os 3 restantes atende em 81%, isso se deve ao fato de que todos os contratos seguem um mesmo modelo, quanto a sua estrutura os contratos serem sempre o mesmo, isso implica na repetição dos mesmos erros e falhas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo verificar o nível de eficiência dos contratos firmados com a Prefeitura Municipal de Cacoal, fazendo uma abordagem acerca de licitação descrevendo sobre seus princípios, modalidades, contratos administrativos e despesa pública. Não há como realizar compras no poder público municipal sem a realização de licitações.

A Comissão Permanente de Licitações deve elaborar os contratos de maneira mais detalhada atendendo a todas as cláusulas da Lei 8.666/93, para não dar margem aos fornecedores de não prestar o serviço com qualidade. Aplicando punições mais severas para o não cumprimento do contrato, para que inibir os fornecedores a cumprir com suas obrigações e atendendo aos prazos.

Conclui-se que a gestão de contratos da Prefeitura Municipal de Cacoal atende parcialmente as cláusulas estabelecidas pela lei, o nível de eficiência evidenciado é de 88%, esta porcentagem traduz a média geral.

A relevância deste trabalho, além do estudo dos conceitos de licitação, das fases do processo licitatório, esta na análise da transparência associada a eficiência. A eficiente fiscalização dos contratos administrativos é um importante passo para um desempenho satisfatório e eficaz, nas compras públicas.

È proposta então uma sugestão de pesquisa, que trataria sobre qual o nível de interesse da população com relação às licitações realizadas, ela acompanha como os recursos públicos são aplicados no município, se tem o hábito de verificar ou se já verificou alguma vez a prestação de contas do município, para acompanhar os gastos públicos, de onde e como estão sendo aplicados.

REFERÊNCIAS

- 1 ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal: Métodos com base na LC nº 101/00 e nas classificações contábeis advindas da SOF e STN.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- 2 BEZERRA, Cintia Alves. **O pregão no procedimento licitatório na Contabilidade Pública. Trabalho de Conclusão de Curso II**, do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Araguaia. Goiânia. GO. 2011. Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/site/trabalhos/OPregaonoProcedimento_Licitatorio_da_Contabilidade_Publica.pdf> Acesso em 22/11/2011.
- 3 CHIAVENATO, Idalberto. **Administração- teoria, processo e prática.** 3. ed. São Paulo. Pearson Education do Brasil. 2000.
- 4 DANTAS, Lucimar de Oliveira. **Eficiência do Sistema de registro de Preços um Estudo de caso no Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/35576/Efici%C3%A4ncia_Sistema_Registro_Lucimar.pdf?sequence=1>. Acesso em 14/05/2011.
- 5 FERRAZ, Luciano. **Público-público: contrato de programa e execução de serviços públicos municipais por entidades da administração indireta estadual.** Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico. Salvador. 2007. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-10-MAIO-2007-UCIANO%20FERRAZ.pdf>> Acesso em: 23/11/2011.
- 7 FRANÇA, Vladimir da Rocha. **A Licitação e seus princípios.** Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico. Nº. 8. Nov/dez-2006 / jan. de 2007. Salvador. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-8-NOVEMBRO-2006-WLADIMIR%20ROCHA.pdf>> Acesso em: 01/06/2011.
- 7 Gil, Antonio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo. Atlas, 2006.
- 8 MAURANO, Adriana. **História das Licitações.** Disponível em: <<http://www.conlicitacao.com.br/historia/index.php>> Acesso em: 01/06/2011
- 9 MAURANO, Adriana. **A instituição do Pregão para aquisição de bens e contratação de serviços comuns.** <<http://jusvi.com/artigos/1674>>. Acesso em: 22/11/2011
- 10 MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução a Administração.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- 11 PEIXOTO, Marco Aurélio Boaventura. **Modalidades de licitação: da concorrência ao pregão.** Disponível em:

<<http://jus.uol.com.br/revista/texto/2363/modalidades-de-licitacao-da-concorrenca-ao-pregao>> Acesso em 14/05/2011.

12 PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; SIQUEIRA, Luiz Eduardo Alves de. **Licitação e contratos da administração pública: obra coletiva de autoria da Editora Saraiva**. 8. ed.. São Paulo: Saraiva, 2001.

13 PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias; ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira publica**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

14 PONTE, Carlos Eugenio Garrido de. **Desenho de processos em licitações públicas (pregão) para centros automotivos**. Faculdade 7 de Setembro. Fortaleza. 2010. Disponível em: <[http://web.fa7.com.br/recursos/imagens/File/administracao/ic/vi_encontro/CARLOS_EUGENIO_GARRIDO_DE_PONTE_DESENHO_DE_PROCESSOS_EM_LICITACOES_PUBLICAS_\(PREGAO\)_PARA_CENTROS_AUTOMOTIVOS.pdf](http://web.fa7.com.br/recursos/imagens/File/administracao/ic/vi_encontro/CARLOS_EUGENIO_GARRIDO_DE_PONTE_DESENHO_DE_PROCESSOS_EM_LICITACOES_PUBLICAS_(PREGAO)_PARA_CENTROS_AUTOMOTIVOS.pdf)> Acesso em: 23/11/2011

15 ROSA, Marcio Fernandes Elis. **Direito Administrativo: Coleção sinopses jurídicas**, volume 19. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

16 RONDONIA - Supel: **LEI Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993**. Disponível em: <<http://www.supel.ro.gov.br/wp-content/uploads/2011/03/lei8666.pdf>> Acesso em 09/04/2011.

17 Tribunal de Contas da União. **Licitações e contratos: Orientações básicas/Tribunal de Contas da União**. 3. ed. Brasília. TCU, Secretaria de Controle Interno. 2006, 409 p.

18 TORMEM, Dirceu Silvio; METZNER, Cláudio Marcos; BRAUM, Loreni Maria dos Santos. **Licitações e Transparência na Contabilidade Pública**. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel-FCSAC. Disponível em: <http://ww.aedb.br/seget/artigos07/680_Licitacoes%20e%20Transparencia%20na%20Contabilidade%20Publica.pdf> Acesso em: 4 set. 2011.

19 VARASSIN, Luciana. **Princípio da legalidade na administração pública**. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 51, 1 out. 2001. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/2275>>. Acesso em: 4 set. 2011.

20 ZIVIANI, Juliardi. **Lei de Responsabilidade Fiscal: planejamento, controle, transparência e responsabilização**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 517, 6 dez. 2004. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/6026>>. Acesso em: 4 set. 2011.